

Educação inclusiva para surdos: desmistificando pressupostos

Paula Botelho

Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (GEPES), do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE/FAE/UFMG)

As questões aqui tratadas advêm de reflexões de vários anos de trabalho com pessoas surdas. Recentemente, como assessora na área da surdez, na equipe de Educação Especial da SEE/MG, acompanhei proposições da inclusão escolar de alunos surdos em escolas públicas e de alunos com outras necessidades educativas especiais, no Estado de Minas Gerais, bem como em outros Estados brasileiros.

Minhas considerações se baseiam ainda em pesquisa (Botelho, 1998) através da qual tive a oportunidade de analisar sujeitos surdos em processo de escolarização no primeiro e no terceiro graus, em escolas para alunos ouvintes.

Há muitas controvérsias quando se propõe a inclusão escolar dos surdos em escolas com alunos ouvintes. Urge, assim, retomar alguns pressupostos de base.

Pressuposto 1. *A interação com o ouvinte: determinante do desenvolvimento da linguagem oral pelo surdo - Um equívoco?*

A inclusão escolar dos surdos em escolas para alunos ouvintes tem a premissa de que é necessário reproduzir para o surdo as mesmas condições em que o ouvinte adquire a língua oral.

O fundamento dessa proposição é a educação oralista, através do que se denomina abordagem natural. Propõe-se oferecer ao aluno surdo, na escola e na sala de aula, as mesmas condições de comunicação oral oferecidas ao aluno ouvinte.

A idéia de imersão na língua oral determina aulas expositivas e outras formas metodológicas semelhantes, quando ao discorrer verbalmente sobre o tema, o professor cuida de articular com mais lentidão e clareza as palavras que pronuncia, procura estar sempre de frente para o sujeito surdo, registrando no quadro-negro as informações que fornece oralmente, entre outras atitudes.

É indicação comum da abordagem natural que o sujeito surdo freqüente uma escola de ensino regular, onde estará em contato com falantes da língua oral e, supostamente, irá aprendê-la por meio das interações com seus pares ouvintes. Significa ainda que o professor deve utilizar, na comunicação e no ensino, a linguagem oral com certas adaptações, como falar mais devagar, sempre de frente para o aluno surdo, entre outras recomendações.

Evidentemente, o único modo de uma criança aprender sua língua nativa e adquirir linguagem é interagir naturalmente em situações de intercâmbio lingüístico significativo com falantes em seu entorno. Estamos falando de uma criança

que ouve, "detalhe"desconsiderado quando se propõe essa alternativa para o surdo. (Sánchez, 1990, p. 91)

A imersão na língua dos pares falantes em um ambiente lingüístico possibilita o aprendizado dessa língua. Entretanto, o surdo não adquire a língua oral de modo natural. Necessita de condições formais e específicas de aquisição do que constitui para ele uma língua estrangeira. Aí reside a primeira diferença fundamental entre sujeitos ouvintes e surdos: a língua oral é a língua que se adquire naturalmente para os ouvintes, mas não para os surdos. Ser surdo representa uma diferença lingüística.

Reconhecer a diferença é reconhecer possibilidades e limites. É reconhecer algo que pode parecer muito óbvio, mas não o é. Os surdos são surdos, e a surdez é uma experiência visual. Os surdos se orientam a partir da visão, ainda que com seus restos auditivos, maiores ou menores, ocasionalmente façam algum uso das pistas acústicas. Isso significa que a organização perceptual fundamental daquele que tem uma perda auditiva se dá a partir da visão, e não da audição.

Pressuposto 2. *A leitura labial possibilita o aprendizado do surdo quando em uma sala de aula com alunos ouvintes - Um equívoco?*

As dificuldades de leitura labial também constituem outro impedimento à permanência do surdo em uma sala de aula com colegas e professores ouvintes. Em média, apenas 25% do que se diz pode ser identificado pelos melhores leitores labiais do mundo, segundo Fine (1977).

Também outras fontes indicam as poucas possibilidades oferecidas pela leitura labial, considerada "a menos consistente das possibilidades de comunicação para pessoas surdas. Somente 30% dos sons da língua inglesa são visíveis nos lábios e 50% dos sons são homófonos". (Gallaudet College, 1984)

Para fazer leitura labial, a pessoa surda deve manter foco relativamente constante no rosto do interlocutor. Além disso, mudanças da posição de seu rosto causam perdas de informação para o surdo leitor de lábios. A fixação do olhar pelo surdo costuma acarretar muito desconforto para o ouvinte (Higgins, 1980, p. 159). Muitos sujeitos surdos descrevem cansaço e limitações em fazer leitura labial, como Rita, sujeito da pesquisa de Botelho (1998): "A professora fala, fala, fala, fala... escreve pouco, você fica cansada... não dá pra entender".

A leitura labial é um procedimento útil em alguma medida, na interação verbal entre surdos e ouvintes, mas não é definidora da compreensão, especialmente porque é muito dependente de compreensão do contexto, da integração do conjunto de elementos verbais e não-verbais, de uma atitude ativa do sujeito surdo na interação e de eliminação da simulação de compreensão de ambas as partes, atitudes que não são freqüentes.

Mas não raramente as possibilidades da leitura labial são superestimadas, e recusados os limites e impossibilidades.

Assim, a permanência do surdo no ensino regular, diferentemente da situação de outros sujeitos com outras dificuldades, gera problemas específicos.

Pressuposto 3. *A oferta de melhores condições pedagógicas possibilita a permanência do surdo numa escola de ouvintes: ignorando as noções de necessário, suficiente e de língua compartilhada*

Professores interessados, dinâmicas escolares que valorizam o papel do professor como mediador e que incentivam a construção do conhecimento através

da interação com ele e com os colegas, presença de um intérprete de língua de sinais na sala de aula, são algumas entre várias situações pedagógicas que têm sido consideradas condições suficientes para a construção da interação entre surdos e ouvintes; mais do que isso, dos processos sociais de leitura e de escrita pelo surdo. Por esse motivo, as noções de necessário e suficiente exigem reflexão.

Professores comprometidos com a construção do conhecimento, entre outras tantas condições possibilitadoras da relação ensino-aprendizagem, são situações escolares importantes e necessárias, mas não suficientes para garantir processos lingüísticos e de letramento para sujeitos surdos, quando não há uma língua comum que circula na sala de aula. Uma língua comum a professores, alunos surdos e alunos ouvintes. Não ter uma língua compartilhada define uma situação de desigualdade cognitiva e interativa imensa.

A criança ouvinte, quando chega à escola para ser alfabetizada, já domina o idioma de seu país. A criança, ou mesmo o adolescente e o adulto surdo, ao contrário, na maioria dos casos, domina alguns fragmentos do idioma de seu país. Assim, aprender a ler e a escrever torna-se um impedimento. Para o surdo, situações lingüísticas específicas são necessárias, entre elas, o uso incondicional de língua de sinais em um espaço coletivo e compartilhado.

A professora de Português de Rita, na época aluna surda de uma escola regular e particular, em Belo Horizonte, narra as dificuldades para sua permanência numa classe de sétima série do primeiro grau, ainda que ela fosse oralizada: "Na escola, os meninos têm que participar muito. Conversam, trazem coisas, estão sempre pesquisando. A Rita perde nisso, ela não consegue acompanhar um diálogo, uma participação muito grande da escola".

Eliana, aluna do terceiro grau, nas mesmas condições, (também sujeito da pesquisa citada) não representava exceção, e seu professor de português da graduação narra situação semelhante: "... imagina, a gente vai ler um texto. Eu faço uma leitura oral, os alunos acompanham. Ela... ela não tá me ouvindo... então ela acaba simulando uma leitura paralela. De repente, ela tá do meio pra frente, e eu ainda tô no pedacinho do meio, parando, discutindo alguma coisa com os alunos".

Nessas ocasiões, Eliana se ausentava, apesar de continuar em classe, ou literalmente se retirava da sala. As aulas pareciam ser bem preparadas e interessantes, os textos bem escolhidos, mas as disciplinas tornavam-se inacessíveis, ou minimamente acessíveis, devido às freqüentes discussões orais veiculadas obviamente por uma língua não compartilhada por ela. Eram muito pequenas as condições de acompanhar uma discussão mais aprofundada, por melhores que fossem suas habilidades orais.

Pressuposto 4. *O aprendizado da leitura, da escrita e de outros conhecimentos e a interação entre surdos e ouvintes pode ser resolvida com o uso do bidualismo/português sinalizado - Um equívoco?*

O bidualismo ou português sinalizado, é o uso simultâneo de fala e de sinais, como se sabe. Entretanto, é concebido erroneamente por muitos educadores como o uso de fala e de língua de sinais. Um exemplo rápido para ilustrar a diferença. A enunciação em língua de sinais da frase "Como o auditório está cheio!...", é completamente diferente da enunciação através do português sinalizado, que forja uma artificialidade e simula a coexistência de dois sistemas lingüísticos, ao mesmo tempo em que não possibilita o entendimento do surdo, ou apenas o faz em grau mínimo.

Por razões de natureza lingüística, já exaustivamente demonstradas, línguas orais e línguas de sinais são impossíveis de serem reunidas em um mesmo discurso. Com exceção de raríssimas sentenças, onde a complexidade do tema é mínima, é possível reunir sinais e fala simultaneamente.

Seria possível dizer, assim, coisas do tipo "português é diferente de inglês", mas não seria possível conversar, através do português sinalizado, sobre as diferenças entre português e inglês. Na melhor das hipóteses de controle do uso das duas línguas, o resultado máximo seria o entendimento pelo ouvinte, mas não pelo surdo, o principal interessado.

Entre tantas e importantes diferenças, o bimodalismo não é uma língua. Também por essa razão, não atende às complexidades de uma conversação, a não ser em níveis bastante superficiais.

Muitos educadores advogam o uso do bimodalismo como solução para a situação interativa entre alunos surdos e professores e colegas ouvintes na sala de aula, insistindo em ignorar a recepção desse sistema artificial pelo surdo, e desprezando as contradições.

Pressuposto 5. *O intérprete de língua de sinais soluciona o problema da inclusão escolar do surdo - Um equívoco?*

Um intérprete de língua de sinais em uma sala de aula onde há alunos surdos e ouvintes obviamente oportuniza situações antes impensáveis em sua ausência. É reconhecido seu valor, sua importância.

Contudo, vários problemas se colocam em relação à compreensão pelo surdo do que se passa na sala de aula, via intérprete. Alguns são:

1. a grande maioria dos intérpretes de língua de sinais não domina a língua de sinais, fato reconhecido inclusive por muitos deles;
2. a grande maioria utiliza o português sinalizado e desconhece as diferenças lingüísticas entre a Libras e o bimodalismo, o que também compromete a recepção pelo surdo;
3. a língua de sinais é diferente da língua oral do ponto de vista lingüístico, em todos os níveis: lexical, sintático e semântico.

Além disso, o que se diz verbalmente não se diz no mesmo tempo em língua de sinais. Pode demorar mais ou menos em diferentes circunstâncias e conteúdos, o que compromete a interpretação, uma vez que ela é realizada simultaneamente à exposição oral do interlocutor ouvinte. Pode ocorrer redução do conteúdo, mesmo que o intérprete seja da mais alta competência. O problema não reside, nessa hora, nas habilidades de interpretação do profissional, mas das intensas diferenças lingüísticas entre uma língua de modalidade auditivo-verbal e uma outra língua de modalidade visual-motora.

Tais características evidenciam, por exemplo, como é diversa a velocidade de enunciação em uma e em outra língua, já que uma não depende do espaço para sua realização, e a outra, por ser tridimensional, em algumas circunstâncias oferece mais dados a um só instante do que a língua oral, em uma determinada fração de tempo. Estudos e pesquisas recentes sugerem a necessidade de se pensar em outras formas mais fidedignas, como a interpretação consecutiva, considerada mais precisa e fidedigna, inclusive nas traduções entre duas línguas orais.

Uma outra discussão importante a respeito da presença de um intérprete de língua de sinais em sala de aula é que são pouco conhecidos os fenômenos interativos presentes em uma situação onde a relação direta entre professor ouvinte e aluno surdo se dá minimamente, por ser sempre mediada pelo intérprete. Essas situações interativas necessitam de estudo.